

# Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no *DATALUTA Jornal* de 1988 a 2010<sup>1</sup>

**Tiago Egídio Avanço Cubas**

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

e-mail: tiagocubas@yahoo.com.br

## Resumo

O *DATALUTA Jornal* é um banco de dados com mais de 50 mil recortes de jornais arquivados relativos a notícias sobre a questão agrária brasileira. A partir desse acervo, as disputas territoriais as quais buscamos evidenciar nesse artigo, são àquelas relativas a formação da imagem e representação que reflete na luta entre classes sociais, aqui representadas especialmente pelo campesinato e ruralistas. Os conflitos e conflitualidades que são expressas no território paulista através da construção da opinião pública e seus estereótipos através da imprensa, de 1988 a 2010, se desenrolam em duas frentes ideológicas, o PQA (Paradigma da Questão Agrária) e PCA (Paradigma do Capitalismo Agrário). O território imaterial difundido por jornais como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias* e *O Imparcial* legitima a ideologia da burguesia agrária e do Estado capitalista, criminalizando ações sociais que deveriam ser de interesse nacional. Nesse momento então, nosso objetivo é salientar e fazer visível a disputa territorial conceitual desde a formação desses paradigmas até a sua disposição como constituinte importante da formação da opinião pública no estado de São Paulo com ênfase para o Pontal do Paranapanema.

**Palavras-chave:** Camponeses, Ruralistas, Representação, Disputa Territorial Paradigmática, São Paulo - Pontal do Paranapanema.

## Resumen

### Aspectos de la formación de la opinión pública paulista: un estudio basado en el *DATALUTA Jornal* de 1988 a 2010

El *DATALUTA Jornal* es un banco de datos con más de 50 mil recortes de periódicos relacionados con archivo de noticias acerca de la cuestión agraria brasilena. A partir de esta colección, las disputas territoriales que pretenden demostrar en este artículo son las relacionadas con la formación de la imagen y la representación que refleja la lucha entre las clases sociales, representados aquí especialmente por los campesinos y terratenientes. Los conflictos y conflitualidades que se expresan en el territorio paulista mediante la creación de opinión pública y de sus estereotipos a través de la prensa, de 1988 a 2010, se desarrollan en dos frentes ideológicos, el PQA (Paradigma de la Cuestión Agraria) y el PCA (Paradigma de el Capitalismo Agrario). El territorio imaterial difundido por los periódicos como *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias* y *O Imparcial* legitima la ideología de la burguesía agraria y el Estado capitalista, criminalizando acciones sociales que deberían ser de interés nacional. En este tiempo, entonces, nuestro objetivo es destacar y hacer visible el conflicto territorial desde la formación de estos paradigmas conceptuales hasta su disposición como componente importante de la formación de la opinión pública en el estado de São Paulo, con énfasis en el Pontal de Paranapanema.

<sup>1</sup> Fruto do trabalho de mestrado: "São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009", financiado pelo CNPq.

**Palabras-clave:** Campesinato, Terratenientes, Representación, Disputa Territorial Paradigmática, São Paulo – Pontal do Paranapanema.

### Abstract

#### Aspects of the formation of public opinion paulista: a study based on *DATALUTA Jornal* from 1988 to 2010

The *DATALUTA Jornal* is a database with more than 50 thousand newspaper clippings relating to archived news about the Brazilian agrarian issue. From this collection, the territorial disputes which we seek to demonstrate in this article are those related to image formation and representation that reflects the struggle between social classes, represented here especially by the peasantry and landlords. The conflicts and conflictualities that are expressed in the state territory by building public opinion and its stereotypes through the press, from 1988 to 2010, unfold on two fronts ideological, the AQP (Agrarian Question Paradigm) and ACP (Agrarian Capitalism Paradigm). The immaterial territory spread by newspapers such as *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Oeste Notícias* and *O Imparcial* legitimates to the ideology of agrarian bourgeoisie and the capitalist State, criminalizing social actions that should be of national interest. At this time then, our goal is to highlight and make visible the territorial dispute from the formation of these conceptual paradigms until its disposal as important constituent of the formation of public opinion in the state of São Paulo with emphasis on the Pontal do Paranapanema.

**Keywords:** Peasantry, Landlords, Representation, Paradigmatic Territorial Dispute, São Paulo – Pontal do Paranapanema.

### Introdução

Neste ensaio poderemos observar alguns resultados do trabalho de quatro anos com os recortes de jornal do acervo *DATALUTA Jornal*, com o recorte espacial, estado de São Paulo – Pontal do Paranapanema, e o recorte temporal, de 1988 a 2010. Entendemos que esse é um momento importante para continuarmos a socialização dos resultados mais importantes de nossa caminhada. Na análise dos recortes de jornal relacionados a questão agrária paulista e regional no Pontal do Paranapanema, pudemos notar que, a representação também é uma forma que é desencadeada e influenciadora nos desdobramentos dos processos de *des-re-territorialização* de modelos de produção de sociedade, que legitimam determinadas realidades. Quando estudamos a grande imprensa corporativista é evidente dizer que os “eventos” agrários de luta são ordenados pontual e superficialmente, quando de fato subsistem na estrutural questão agrária e luta de classes.

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes (2007) afirma que a conflitualidade expressa na disputa territorial entre visões de mundo, formadas por princípios, ideias e valores que coexistem com ideologias, estabelece o que chamamos de paradigma. Distinguimos, então, dois paradigmas que compõem o agrário: cada paradigma reflete material e imaterialmente o que são os interesses políticos e ideológicos de cada classe (do indivíduo ao grupo e vice-versa).

O paradigma do capitalismo agrário (PCA) é o conjunto de ideias de manutenção da agricultura capitalista no mundo atual. Ele visualiza o cenário nacional que abrange a luta pela terra como algo conjuntural, quase passageiro no processo moderno de desenvolvimento econômico. O paradigma da questão agrária (PQA) vislumbra essa questão conjuntural como a disputa territorial entre camponeses e ruralistas no território/terra, bem como no território das políticas públicas e da opinião pública expressada, por um lado, na busca pela transformação social, fundiária, política e ideológica (território/ideia), e por outro, na proteção dos privilégios dos “senhores da terra”, na

otimização de seu usufruto e na ocupação dos territórios do campo brasileiro (envolvendo processos como o coronelismo e o clientelismo). Isso tudo em virtude de uma questão mais profunda e de cunho estrutural (de sistema e modo de produção). Os paradigmas são visões de mundo que refletem os territórios e luta das classes sociais que se materializam nas políticas públicas de governo, nas representações do discurso mediante a imprensa (pela ideologia dessas empresas e seus relações) e nas ações individuais ou coletivas e organizadas ou não.

A perspectiva de realização desse trabalho está pautada na procura de metodologias de aproveitamento qualitativo das reportagens do acervo *DATALUTA Jornal*. O acervo vem sendo desenvolvido desde 1990 (que conta com arquivos físicos de jornais organizados desde 1987), a partir da seleção de notícias da imprensa paulista sobre a temática da questão agrária. Foi incorporado pelo NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária) a partir de sua formação em 1998, como base de dados quantitativos das ocupações de terra realizadas no estado de São Paulo. Atualmente, o acervo abrange mais que 50 mil matérias, todas registradas em um banco de dados eletrônico, ordenadas e acondicionadas até o momento em mais de 200 caixas arquivo destacando a temática da questão agrária brasileira<sup>2</sup>. Como parte do campo brasileiro, o estado de São Paulo e especialmente, o Pontal do Paranapanema são o enfoque deste trabalho e nos auxiliam para entender, dentro das limitações da pesquisa, a questão agrária com vistas ao cenário nacional, de maneira a aplicarmos a visão do materialista histórico e dialética do PQA para interpretarmos essa realidade. Em virtude do que já foi dito, organizaremos nossa escrita localizando o leitor nas disposições e elementos que compõem o PQA e PCA como ideologia materializada em práxis e em disputas territoriais, depois disto a imprensa, sua amplitude e as representações no campo paulista.

## Disputa territorial paradigmática: PQA e PCA

No movimento e na processualidade do desenvolvimento rural brasileiro vemos os Paradigmas da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário que refletem distintas maneiras de observar e interpretar, antes disso, de viver a realidade agrária existente no Brasil. Esses paradigmas vislumbram de forma geral: o paradigma da Questão Agrária (PQA) (FERNANDES, 2007 e FERNANDES *et al*, 2010) – uma questão agrária como essência das problemáticas ligadas a terra, onde as disputas territoriais são inerentes ao processo de desenvolvimento e as conflitualidades e contradições estão presentes nas análises das desigualdades sociais geradas pelo sistema. Segundo o PQA, é um problema de ordem estrutural. Para o Capitalismo Agrário (PCA) (ABRAMOVAY, 1992), não passa dos limites do sistema capitalista, pois propõe uma questão agrária já superada, um problema de ordem conjuntural e um desenvolvimento territorial rural baseado no desenrolar da agricultura capitalista que está se modernizando com novas tecnologias altamente produtivas.

Sobre o PQA:

*O paradigma da questão agrária prioriza as lutas de classes para explicar as disputas territoriais, os modelos de desenvolvimento e suas conflitualidades. Sendo a questão agrária um problema estrutural, a luta contra o capitalismo é a perspectiva de construção de outra sociedade. [...] (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, grifo nosso).*

Como a questão é vista como estrutural, o PQA gera um problema que tange a discussão fundiária, somada às instâncias políticas, econômicas, sociais e ideológicas, formadoras do cenário atual do campo brasileiro. Esse paradigma tem sua gênese com Lênin e Kautsky (FERNANDES, 2009; FELÍCIO, 2010), e parte para duas concepções distintas na atualidade: a primeira é a que o campesinato será expropriado pelo capital e

<sup>2</sup> Vide Metodologia *DATALUTA Jornal* no NERA.

tende ao desaparecimento, por uma destruição mediante sua proletarização e não-continuidade da criação de espaços de relações não-capitalistas, que inclui a incisão de territorialidades do capital em território camponês, baseada também no corporativismo; a outra concepção, a que nos baseamos para construir este trabalho, está pautada na lógica, na capacidade camponesa de transformação do território e na resistência dele para se manter produzindo espaços de relações não-capitalistas, e em essência, relações camponesas norteadas pela solidariedade e como uma alternativa, o cooperativismo (CHAYANOV, 1974; FERNANDES, 2001; OLIVEIRA, 1997).

A agricultura e as relações sociais que se dão no território, têm no PCA a expressão dessa problemática, em que o camponês resiste ao modo de produção capitalista, buscando alternativas para a reprodução de espaços não-capitalistas. Espaços esses que têm em sua essência a lógica de reprodução camponesa. É importante entendermos nessa relação que o capital busca destruir o território camponês, se isso não acontece tenta incorporá-lo por meio de suas territorialidades.

O PCA está pautado na:

[...] a produção de desigualdades também é explicada como um *problema conjuntural do capitalismo* e que poderia ser superado por meio de políticas que possibilitem a “*integração*” do campesinato ou “*agricultor de base familiar*” ao mercado capitalista. Esta “*integração*” seria necessária porque o campesinato compõe uma estrutura incompleta e necessita do mercado capitalista para se desenvolver. Nesta lógica, *campesinato e capital “interagem”* [...]. Esse processo é explicado pelo paradigma do capitalismo agrário que prioriza as políticas sociais para *aproximar relações entre a produção capitalista e a produção familiar* (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p. 3, grifo nosso).

Esse paradigma vai de encontro da interpretação da realidade feita pelo PQA, pois procura avaliar o cenário nacional que abrange a luta pela terra como algo conjuntural. A questão conjuntural, que evidencia a disputa territorial entre camponeses e ruralistas no território/terra e no território/políticas públicas/opinião pública, expressa por um lado, a busca pela transformação social, fundiária, política e ideológica, e por outro, apresenta a manutenção e a otimização do uso e ocupação dos territórios do campo brasileiro.

A disputa no território imaterial pelos conceitos de resistência para os camponeses e de aparente modernização, para os ruralistas, refletem na territorialização dos mesmos. A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa, então, a ocupação é exemplo de forma política de objetivar os esforços do campesinato. Considerando que trabalhamos com o conceito de movimentos socioterritoriais, com o pressuposto de que a terra é o seu trunfo (FERNANDES, 2009), o território como fim, as ocupações e os acampamentos são o meio estratégico mais eficiente para que os movimentos logrem acesso ao seu território, instaurando as relações não-capitalistas de produção. Dessa maneira, entramos nos méritos da disputa do território imaterial (o simbólico, o ideológico e o cultural mediado pelo modo de produção capitalista), onde o conceito de camponês, mesmo não sendo uma palavra de autoidentificação, utilizada regularmente no mundo rural do Brasil, é um termo de resistência e de lutas que os movimentos socioterritoriais resgatam no país (FERNANDES, 2009).

A agricultura familiar é um conceito evidenciado nas perspectivas teóricas. Ela surge na academia e na apropriação do discurso do camponês na tentativa de organizá-lo e estruturá-lo na ideia de pequeno empresário agrícola ou “*agronegociozinho*” dentro do PCA. Já o conceito de campesinato surgiu com o próprio camponês, no interior da classe, como representação da mesma no contexto de disputas dos territórios material e imaterial (FERNANDES, 2007 e WELCH, 2010). Do ponto de vista do capitalismo agrário, o campesinato é diferente do agricultor familiar, pois de maneira sintética essa diferença é baseada na temporalidade e na territorialização, a favor de entender o camponês enquanto atrasado e antiquado, e reconhecer a agricultura familiar como moderna e atrelada aos subsídios estatais. Já do ponto de vista da questão agrária, em essência, esses conceitos

se situam da mesma maneira, pois se baseiam nas mesmas relações. Dessa forma, a determinação das divergências está enraizada na apropriação capitalista dessas definições e nas distintas relações sociais materializadas no território, além dos valores e da filosofia de vida camponesa (FELÍCIO, 2010a).

O camponês se torna a resistência e a esperança é vista na continuidade do seu território, ou seja, é a sua territorialização por meio da identidade camponesa. Nos trabalhos de Fernandes (2000, 2007, 2008, 2009) e Welch (2009a, 2009b e 2010), podemos notar o anseio desses estudiosos em mostrar o camponês como realizador de sua história e agente social, que configura seu território de maneira a criar laços identitários com o mesmo, e estabelecer-se como protagonista. Além de expor os seus territórios definidos e entender as classes oprimidas pelo capital como libertadas na emancipação e na luta contra o capital. Esses autores exploraram em suas obras a construção da interpretação da realidade pelos elementos que levam à questão agrária não como algo superado, e sim, como superação da realidade em vigor. Eles vislumbram a cristalização do território imaterial do campesinato e, conseqüentemente, do território que em essência traduz-se em relações não-capitalistas de (re)produção.

Welch retrata o camponês (2010, p.23):

O conceito do camponês traz para o sem-terra uma identidade rica em história política, social e cultural, mas é uma identidade com poucas raízes no campo brasileiro. Neste sentido, a recuperação do conceito é um ato simbólico, uma tentativa de inventar uma tradição para fortalecer o movimento dos sem-terra e pequeno agricultor.

O campesinato não é o único personagem do campo a experimentar, nos anos deste estudo (1924-1996), uma renovação de identidade. O ruralista, um nome utilizado com orgulho por agricultores e donos de terras do século passado, vem sendo reconfigurado no século atual como “agronegócio”. O ruralista foi o coronel da terra, o fazendeiro, o Senhor de Engenho, o usineiro e, certamente, o latifundiário. Ainda nos dias de hoje, os poderosos membros da “Bancada Rural” no congresso nacional se acostumaram chamar de ruralistas (WELCH, 2009b e 2010; CUBAS, 2012). Em seu artigo de 2005, Fernandes comentou na similaridade real entre as características de todos esses tipos, apesar da tentativa de transformá-los pelo conceito de agronegócio:

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para ‘modernizá-la’. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias (p. 1-2).

Esses são exemplos de disputas territoriais nos âmbitos materiais e imateriais. As lutas para definir os nomes refletem no processo de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R) dos camponeses e ruralistas no Brasil (FERNANDES, 2000). O T-D-R como um processo acontece no país e é visualizado mediante os impactos socioterritoriais que causam. São esses resultados: encarecimento dos alimentos (segurança e soberania alimentar), exclusão social (superexploração do trabalho: baixa remuneração, trabalho análogo ao escravo, concentração de terra e renda, expropriação/desterritorialização do campesinato) e impactos ambientais (agroecossistemas simplificados como o monocultivo, uso de agroquímicos, degradação do solo, transgênicos, desmatamentos). Os mesmos refletem a territorialização do capital ou dos camponeses e a disputa territorial pela propriedade camponesa *versus* a propriedade do agronegócio e/ou latifúndio.

Pensando nessa disputa e na expansão material e imaterial do agronegócio, aparecem as feiras *Agrishow*, organizado primeiramente no mês de maio, originalmente em Ribeirão Preto, e atualmente, durante todo o ano, se expandindo para outros municípios do estado de São Paulo e de todo o Brasil como uma cultura. Esse evento mostra novas

maravilhas tecnológicas da agricultura e é representado nos jornais como símbolo do Maio Verde, estabelecendo contraste com o Abril Vermelho de ocupação de terras promovido pelo MST. Sua intenção é apresentar o “progresso” que o agronegócio supostamente traz para todo Brasil (CUBAS, 2009 e 2012).

As *Agrishows*, que depois teriam como extensão os Shows Agropecuários, Exposições Agropecuárias, Festas de Rodeio, são típicos do interior do estado de São Paulo, tendo destaque em municípios tradicionais nas culturas do gado e da cana-de-açúcar, como Ribeirão Preto, Morro Agúdo, Barretos, Rio Verde e Araçatuba, e assim, simbolizam, pelo verde da agricultura e meio-ambiente, o capitalismo agrário na essência do seu discurso modernizador e progressista. São organizados usualmente em parceria com órgãos municipais, como as prefeituras e as secretarias de cultura, para disseminar as inovações tecnológicas, realizar leilões e negociações, além de territorializar a ideologia do capitalismo agrário na população atraída também por atividades culturais. As atividades culturais, em sua maioria, são encabeçadas pelo sertanejo pop da indústria cultural capitalista da homogeneização.

A campanha “Sou agro”<sup>3</sup> é “uma iniciativa multisetorial de empresas e entidades representativas do agro brasileiro” e vai no mesmo sentido das feiras *agrishows* e suas extensões, mas com um potencial de prejuízo muito maior para os territórios anti-capitalistas e camponeses. Dentre os parceiros que patrocinam essa campanha estão a ABAG (Associação Brasileira de Agrobusiness), Vale, Cargill, Bunge, ABCZ (Associação Brasileira dos Criadores de Zebu), ABRAPA (Associação Brasileira de Produtores Algodão), Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose), UNICA (União da Indústria da Cana-de-açúcar) e Aprosoja (Associação de Produtores de Soja e Milho).

Essa campanha também está intimamente ligada à rede de debates “ambientais” Rio +20 e a alguns artistas conhecidos pela população brasileira, vinculados a rede Globo de televisão, como Lima Duarte e Giovanna Antonelli, no intuito de divulgar os conceitos do agronegócio em comerciais e projetos de difusão de marketing. No Encontro Rio+20, o “Sou agro” se fez presente denominando-se como um movimento social em prol da população brasileira, para que esta veja seu potencial e sua realidade em produzir e ser “sustentável”. Quando de fato, o que acontece é que o agronegócio, ao mesmo tempo, que produz milhões de toneladas de *commodities*, também gera, em escala muito maior, a desigualdade social na concentração fundiária e de riquezas, consequentemente, torna seu conceito “sustentável” como algo insustentável socialmente.

Na propaganda denominada “Gente”, realizada pelo ator, Lima Duarte, o conceito cunhado é o do agrocidadão, que colabora com o agronegócio, apoiando a sua produtividade. O artista chega a perguntar na peça publicitária: “o arroz e feijão de todo dia, como foram parar aí?! foi alguém que semeou, adubou, colheu, beneficiou e distribuiu”. A questão é que enquanto ele diz as palavras “semeou, adubou, colheu, beneficiou e distribuiu”, aparece, ao fundo, a imagem da monocultura da cana e um treminhão transportando a mesma. Nas cenas seguintes são expostas as imagens das culturas da soja e do algodão em grande escala, e o ator finaliza o seu texto com o “ser agrocidadão”. Torna-se claro que essa propaganda remete ao fetiche do território capitalista, pois empresas que estão ligadas ao agronegócio da soja, celulose, gado e cana não podem estar interessadas em produzir alimentos que visem à segurança alimentar da população, e muito menos, a soberania alimentar do povo brasileiro.

A atriz, Giovanna Antonelli, declara no texto da propaganda, intitulada “Fazenda”, que todo brasileiro é proprietário de uma fazenda. Durante a passagem do texto, ela busca objetos e ações cotidianas para expor quão é bom estar orgulhoso de consumir os produtos do agronegócio brasileiro. Giovanna Antonelli começa sua fala com “o pomar, o gado de corte e soja” que estão na cozinha, quando lê um livro, a atriz diz: “aqui tenho uma floresta plantada”, com um cobertor no quarto feito de algodão, ela anuncia: “tenho uma fazenda de

<sup>3</sup> Uma campanha iniciada no ano de 2012, impedida na continuidade de sua veiculação por não veicular o setor que representa de forma explícita. Informações coletadas e vídeos assistidos foram postados no site da campanha “Sou Agro”. E podem ser visitados no seguinte link: <http://www.souagro.com.br>

algodão em casa”, ou quando abastece seu carro afirma: “tenho também uma fazenda de cana”. Ela termina o texto dizendo: “eu amo essa fazenda chamada Brasil”. O conceito embutido nessa propaganda é o de “agrobrasileiro”, que sugere aproximação da população com a realidade do agronegócio, e com essa intenção, indica a necessidade de que as pessoas se sintam parte do papel brasileiro de país agro-exportador e de uma economia de *commoditização*.

Outra propaganda recentemente veicula, especialmente a partir de agosto de 2013 da “Caixa Crédito Rural”, uma parceria entre o Banco Estatal Caixa Econômica Federal e o agronegócio brasileiro, apresentada pelos cantores Paula Fernandes e Almir Sater. Os conceitos apropriados vão ao encontro do que já identificamos como base do agronegócio, é citado em um dos comerciais: “unindo a modernidade aos antigos costumes do campo”, além do conceito frequentemente expressado nos outros comerciais e pelos próprios ruralistas, o conceito de “produtor rural” atrelando no imaginário popular uma história romântica de “legítimos detentores do campo e responsáveis pelo crescimento do país” (CUBAS, 2012).

O território imaterial do agronegócio evidentemente obedece ao metabolismo social do capital e sua lógica incontrolável e destrutiva. Esse raciocínio deriva da razão econômica, da apropriação da natureza e do trabalho do homem, enquanto fator motriz de dominação pelo estranhamento e pela alienação (THOMAZ JR, 2009). A imaterialidade da identidade cultural no seu território imaterial é uma questão recente. Ela detém o objetivo de expandir o discurso do novo e do moderno mediante os *agrishows* e rodeios, além da força da territorialização das monoculturas e da manutenção do *status quo*, fundamentado no latifúndio. Assim, dá-se a disputa territorial entre o campesinato e o agronegócio, não somente no embate físico e material, mas muito no campo imaterial da disputa da territorialização dos paradigmas no particular e, especialmente, no público.

O contraste a isso é a sobreposição do território do campesinato, respaldado na questão agrária mal resolvida e da concentração fundiária e de renda. O vermelho, antigamente disseminado nos jornais como o “perigo comunista” (CUBAS, 2009), considerado uma ameaça, passa a representar luta e resistência, enquanto a agricultura camponesa e a diversidade apresentam uma ampla possibilidade de distribuição de terra e renda mediante o processo de Reforma Agrária. A cultura camponesa é territorializada pela cultura caipira, mas também por atividades culturais relacionadas ao rompimento com o sistema (CUBAS, 2010). Essa contradição se dá no território e expressa os signos e símbolos da questão agrária paulista, de um lado, uma tentativa de dominação atrelada muitas vezes ao Estado, e de outro, a luta pela terra e na terra com o intuito de fortalecer o território camponês. O território imaterial camponês é estabelecido e fortalecido com estratégias materiais, como as ocupações, acampamentos e assentamentos, como também com estratégias imateriais, como manifestações, identidade cultural, tradições, ritos etc.

## **A imprensa e a representação no campo paulista**

A territorialização do capital significa a desterritorialização do campesinato e vice-versa, logo, a ocupação é uma forma política de objetivar os esforços do campesinato. Considerando que trabalhamos com o conceito de movimentos socioterritoriais, com o pressuposto de que a terra é o seu trunfo (RAFFESTIN, 1993), o território como fim, as ocupações e os acampamentos são o meio estratégico mais eficiente que esses movimentos conseguiram desenvolver para terem acesso ao seu território, instaurando as relações não-capitalistas de produção. A ocupação então se torna a forma de ressocialização do camponês, segundo Fernandes (2008).

Sampaio (2005) relata aspectos relacionados à imprensa e que legitima determinados territórios, influenciando na territorialização dos camponeses ou ruralistas.

A imprensa sempre teve grande importância ao acompanhar o desenrolar dos fatos cotidianos, sejam eles políticos, sociais e culturais da sociedade,

onde a escrita desempenha forte referência existencial. Na verdade, a imprensa, notadamente, a parcela conhecida por jornais, pasquins ou tablóides exerce o papel de documentar estabelecer Juízo de valor, ou seja, formar a opinião pública de acordo, muitas vezes, com a verdade que lhe parece a “verdadeira” (p. 8).

Nesse sentido, concordamos com a autora, pois a produção do discurso jornalístico no espaço dá-se para atender interesses dominantes, que tratam de se perpetuar e manter privilégios por meio de tempos. Então, é necessário entendermos o discurso como um elemento que ajuda a ordenar esse arranjo espacial de classe dominante, reproduzindo sua ideologia e do seu contra-discurso, procurando destruir o discurso dominante a respeito da realidade posta e imposta. Também precisamos considerar que todos os tipos de discurso são parciais, expõem seus interesses, direta ou indiretamente. Entretanto, o contra-discurso, também parcial, demonstra a sua leitura e atua no sentido da denúncia, da construção ideológica de que vivemos num sistema que não tem na sua essência o desenvolvimento social, sustentável e/ou trata como importante a reforma agrária.

A linguista Lucília Romão (2002, p.21) esclarece que:

[...] desse modo, fica marcado que o discurso será entendido e tomado aqui como efeito de sentido demarcado pelas relações sociais entre classes na permanente disputa pelo poder (e pelo poder de dizer). Por consequência, as posições-sujeito, remetendo a esses interesses de classe, abrem um confronto discursivo, quando observo o discurso sobre a terra.

E acrescenta em outro trabalho sobre a ideologia e análise discursiva:

[...] sabemos que a interpretação é uma questão ideológica, vinculada à ideologia das instituições dominantes e, sendo a escola uma instituição, a interpretação deixa de ser “um ato de vontade própria” e continua ligada a uma classe que controla os sentidos que podem e devem ser lidos e os fixa como dominantes e cristalizados em algumas instituições. Ideologia, aqui, deve ser entendida como um mecanismo de naturalização do sentido (Pêcheux, 1969), isto é, algo que faz parecer natural atribuir determinados sentidos às palavras, em um dado contexto sócio-histórico, e não outros, pois a ideologia estabelece o sentido único, que passa a ser o “sentido literal”, ao qual se pode atribuir uma leitura (interpretação) homogeneizante. Não concordando com isso, pois a análise discursiva entende que as palavras não significam por si mesmas, mas, sim, que o sentido das palavras depende da sua inscrição na história (ROMÃO, 2002)<sup>4</sup>.

A sociedade é composta por indivíduos, e os mesmos reproduzem a memória histórica de acordo com a sua formação, sua posição em relação ao discurso dominante e seus interesses. A representação desse discurso dominante tenta tornar universal algo que na sua essência é singular e individual. Como ressaltamos acima, é importante perceber o sentido das palavras na sua inscrição histórica e espacial, percebendo a dinâmica dos acontecimentos na espacialização do campesinato e dos ruralistas.

No levantamento do acervo, notamos a predominância das representações positivas dos ruralistas nas reportagens, e especulamos que a grande imprensa não fez um papel de alimentar a representação dos sem-terra como camponeses. Pelo contrário, a tendência observada foi a de diminuir sua capacidade como agricultor, ao verificar o isolamento do discurso do agronegócio na imprensa e compará-lo a sua força de determinar a territorialização dos camponeses e ruralistas durante o período investigado (CUBAS, 2009).

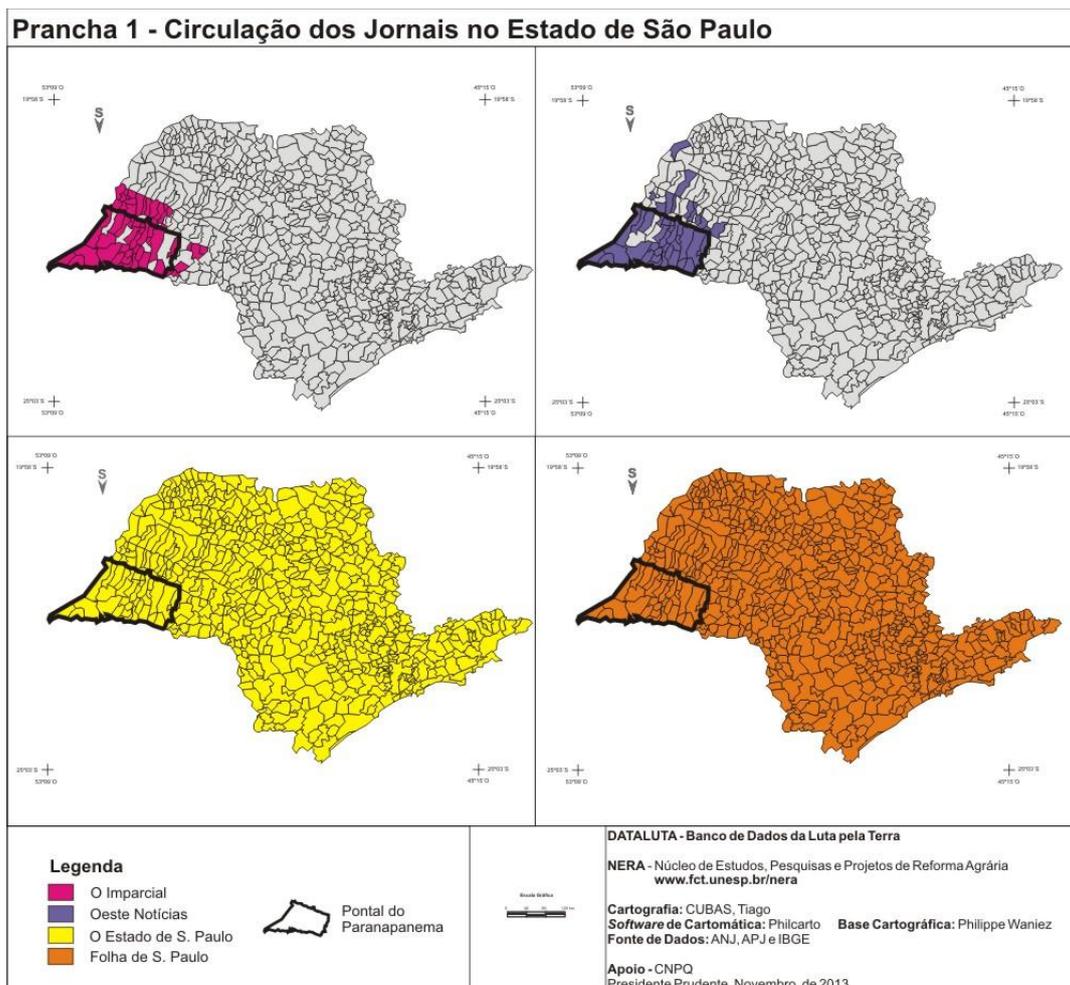
<sup>4</sup> É importante no trabalho de Romão (2002) evidenciar a existência de ideologias dominantes que procuram tornar singular e único o discurso histórico-geográfico, contudo, ideologia não é algo exclusivo para dominação, ela também serve para emancipação como veremos na sequência.

Esses momentos históricos de conflitos que se revelam também na espacialização das ocupações serão analisados em nosso trabalho a partir de dois temas. O primeiro é relacionado à diversidade de perspectivas da imprensa paulista, especialmente, a distinção entre a mídia dominante (empresas grandes, como *O Estado de S. Paulo* e *A Folha de S. Paulo*) e a mídia subalterna (como as organizações populares, como *O Brasil de Fato* e *Jornal Sem Terra*). O segundo é a alinhamento e a influência dos paradigmas da Questão Agrária (FERNANDES, 2007, 2008 e 2009). Vislumbra uma questão agrária como essência das problemáticas ligadas a terra, onde as disputas territoriais são inerentes ao processo de Reforma Agrária e as conflitualidades e contradições estão presentes nas análises das desigualdades sociais geradas pelo sistema e do Capitalismo Agrário (ABRAMOVAY, 1992). Não passa dos limites do sistema capitalista, pois propõe uma questão agrária já superada e um desenvolvimento territorial rural baseado no desenrolar da agricultura capitalista modernizada, tecnológica e altamente produtiva.

Apresentamos alguns aspectos sobre a mídia corporativa capitalista nos dias de hoje:

[...] a grande mídia constitui, hoje – com todas as suas complexidades, os seus paradoxos e suas contradições –, uma coluna de sustentação do poder. Ela é imprescindível como fonte legitimadora das medidas políticas anunciadas pelos governantes e das “estratégias de mercado” adotadas pelas grandes corporações e pelo capital financeiro. Constrói consensos, educa percepções, produz “realidades” parciais apresentadas como totalidade do mundo, mente, distorce os fatos, falsifica, mistifica – atua, enfim, como um “partido” que, proclamando-se porta-voz e espelho dos “interesses gerais” da sociedade civil, defende os interesses específicos de seus proprietários privados (ARBEX, 2003).

Segundo Arbex (2003), esses jornais atuam no sentido de camuflar as particularidades do contra-discurso, assim colocam as suas visões e reproduções como “seguindo a opinião pública” e não como guia, muitas vezes, da opinião pública. Em seguida, demonstramos a Prancha 1 com a distribuição dos jornais que serão analisados no território paulista.



Observando a Prancha 1, vemos os periódicos de maior circulação no Estado de São Paulo que são *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*. O primeiro foi fundado no século XIX, foi fundado no século XIX, pela família Mesquita, que sempre teve raízes fortes no segmento dos agricultores capitalistas da classe dominante. Esse jornal se manteve nas mãos dessa família, apoiou a causa da Tríplice Entente na Primeira Guerra Mundial, em 1924 e esteve junto ao Levante Tenentista. Posteriormente, sustentou a perspectiva da candidatura de Vargas, que só assumiu após a “revolução” de 1930, momento que inclusive o jornal apresentou a chamada dessa “revolução” como o fim do regime oligárquico. Logo depois, apoiou a “revolução” constitucionalista de 1932 contra o governo Vargas. Foi veementemente avesso ao governo de João Goulart, e um animado apoiador da Ditadura Militar, até que começou ser alvo de censura pelo regime nos anos 1970. Após isso, sofreu uma reformulação, quando Augusto Nunes (Diretor de Redação na década de 80) e Ruy Mesquita, pertencente ao grupo Estado (Presidente do *O Estado de S. Paulo* a partir da década de 90), passaram a integrar esse grupo (MARTINS FILHO, 1997).

A *Folha* foi fundada em 1921, e, historicamente, transformou suas concepções e princípios no sentido de apoiar situações contraditórias. Contrária de modo situacional, mas não ideológica de fato, ao Estadão, apoiou a Situação (candidatos) em 1930 e foi fechada em consequência da vitória de Vargas. Como o Estadão, criticou Goulart e apoiou o regime de Ditadura Militar, inclusive sua política de abertura e mudança gradual para democracia. Na década de 1980, assumiu a postura de apoiar os movimentos sociais, lutando pela redemocratização mais rápida e completa, inclusive atuou na campanha das “Diretas já”, desde sua compra pelos empresários, Carlos Caldeira Filho e Octavio Frias de Oliveira, em 1962. Afirmou-se enquanto jornal ligado ao capitalismo financeiro e a construção civil (SOUZA, 2005). A partir dos anos 1980, os donos do jornal começaram a trabalhar contra os

seus redatores e colunistas que eram ligados à esquerda, dispensando-os e formando uma organização com traços fortes com interesses do capital agrário.

Os jornais *O Imparcial* e *Oeste Notícias* também são dispostos no sentido de defender o território capitalista agrário. Isso foi notado principalmente quando tivemos a oportunidade de entrevistar em 2011 os editores chefes, de *O Imparcial* e do *Oeste Notícias*. Eles afirmaram a respeito da carta de princípios dos jornais no sentido de manter “distância dos acontecimentos”, de modo que, quando noticiam assuntos polêmicos sobre as mobilizações e ocupações de terra, esses figuram como uma afronta ao bem-estar social e expressam a opinião da construção ideológica dos jornais nas suas linhas e entrelinhas. Isso ocorre mesmo que os periódicos defendam ou tentem alcançar a imparcialidade, mesmo que essa seja perseguida de forma contraditória<sup>5</sup>.

Villaça (2009) ainda nos informa que apesar de *O Imparcial* e o *Oeste Notícias* serem jornais rivais, eles mantêm a perspectiva de lutarem a favor do interesse do ruralista. *O Imparcial* foi fundado em 1939 e tem como seus proprietários atuais, Mário Peretti, Adelmo Vaballi e Deodato Silva. Esse jornal tem ligações com um quadro de jornalistas pertencentes a várias agências relacionadas ao capital financeiro (SOUZA, 2005). O *Oeste Notícias* pertence ao Grupo de Comunicação Paulo Lima, vinculado ao agronegócio pelos elos com a bancada ruralista no congresso federal, onde atuou como deputado estadual e seu pai, Agripino Lima, como prefeito de Presidente Prudente e latifundista da região (VILLAÇA, 2009). Observamos no trabalho de Villaça (2009) características e coalizões interessantes para entendermos as relações entre a UDR (União Democrática Ruralista) e os jornais, no caso o *Oeste Notícias*.

Nascia, já nos anos 90, uma parceria entre as organizações Globo, onde se inclui o jornal *O Globo*, com a sua afiliada na região de Presidente Prudente, a TV Fronteira, e com o grupo de comunicação da família Lima, detentora do jornal *Oeste Notícias* e grande proprietária de terras na região, ligada à União Democrática Ruralista (UDR). Entidade representativa da camada mais tradicional e reacionária do patronato rural, a UDR foi recriada no ano de 1995, justamente na região do Pontal do Paranapanema. Esta instituição ressurgiu representando cerca de 300 fazendeiros da região, pertencentes a grupos que estavam adormecidos e que começaram a se reorganizar, dentre eles o MDV (Movimento Direita Volver), integrado por antigos militantes do extinto Comando de Caça aos Comunistas (CCC), e a TFP (Tradição, Família e Propriedade). As medidas tomadas por esta entidade classista visavam a proteger os proprietários do processo de desapropriação de terras devolutas para reforma agrária. Desde então, a UDR assumiu a defesa intransigente da grande propriedade e além do habitual recurso à violência, desenvolveu uma campanha sistemática por meio da imprensa para divulgar suas concepções de mundo, valores, memória e seu papel no desenvolvimento econômico do país (VILLAÇA, 2009, p. 24).

Assim, a hipótese inicial é a representação dos ruralistas como detentores legítimos das propriedades no Pontal do Paranapanema e também como uma classe unida e legitimada da “modernização e progresso” do campo paulista. Entretanto, podemos notar também ao longo da história, por fatores peculiares da conjuntura social e agrária relacionado aos agentes históricos, no discurso e a representação desses jornais, certa simpatia com os camponeses. Mesmo assim, constantemente, os movimentos socioterritoriais e o campesinato são julgados por esses meios sob aspectos de “criminalidade”.

Essa hipótese é levantada devido à experiência tida durante a graduação com projeto intitulado: “Análise das representações dos ruralistas e camponeses no estado de São Paulo, de 1998 a 2008, a partir do acervo *DATALUTA Jornal*” e também ao

<sup>5</sup> Entrevistas com o editor chefe do *Oeste Notícias*, em 7 de Abril de 2011 e a editora chefe de *O Imparcial*, em 12 de Abril de 2011.

acompanhamento da luta pela terra. Observando, especialmente, os sujeitos que transformam a realidade e como a imprensa capitalista representou, e ainda representa, a questão agrária brasileira e paulista, entendendo que as comunicações (mídia) em todo mundo trazem novos elementos na atualidade, como nos diz Harvey (2006):

O sistema da mídia e das comunicações e sobretudo, a chamada “revolução da informação”, produziram algumas mudanças importantes na organização do consumo e da produção, bem como na definição de desejos e necessidades integralmente novos. A “desmaterialização do espaço” no campo das comunicações, que é hoje o estágio avançado a que se chegou, teve como origem o aparelho militar, tendo no entanto sido apropriada imediatamente pelas instituições financeiras e pelo capital multinacional como meio de coordenar suas atividades instantaneamente no espaço. (p. 90)

A concentração de capital e o poder dos meios de comunicação vêm se tornando um problema cada vez mais grave para a tentativa de compreendermos vários mundos. Esse fato é acompanhado pela ideia de revolução da informação e isso fortalece a globalização, chamada perversa, que se desdobra na cultura massificada.

### **As representações da grande imprensa na configuração do território brasileiro e paulista, em evidência o Pontal do Paranapanema**

Os territórios se formam e se codeterminam a partir das relações humanas mediadas pelas relações de poder, vislumbradas nas correlações de força. O território só existe a partir das relações humanas, das ações humanas no espaço e no tempo que se desdobram, por meio das vontades realizadas ou reprimidas, legitimadoras ou emancipatórias, no conteúdo e na forma territorial. Por isso, os interesses antagônicos que estão no seio da luta de classes se *des-re-territorializam* de maneira multiescalar e multiforme. Esses interesses perpassam do indivíduo ao Estado (RAFFESTIN, 1993), passando pelas classes sociais, territorializando suas vontades nos campos da economia, cultura e política, refletindo, de fato, no ambiente social.

A luta de classes não é somente uma luta física, mas também é metafísica, transcende o material e acontece também no âmbito imaterial através dos paradigmas (visões de mundo que se territorializam em ações individuais e coletivas). Os paradigmas refletem ideologias distintas que disputam territórios no espaço das ideias, disputam conceitos, disputam projetos, disputam políticas e, por isso, também disputam a realidade. Então, a maneira como construímos a realidade e a partir de que instrumentos e estratégias a construímos, explica que interesses estão desenhando de fato o território e qual a intencionalidade ali explícita ou implícita podemos visualizar. Como um exercício para pensar a intencionalidade e os paradigmas, vamos a Figura 1.

**Figura 1 – Os Olhares Paradigmáticos Sobre a Realidade Agrária**

Org: CUBAS, Tiago.

Nos distintos territórios da luta de classes temos o território de relações capitalistas que reflete o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o territórios de relações não-capitalistas que reflete o Paradigma da Questão Agrária (PQA), em que concorrem conceitualmente, segurança alimentar *versus* soberania alimentar, desenvolvimento sustentável *versus* diversidade produtiva, biocombustíveis *versus* agrocombustíveis, agricultura/empresa familiar *versus* agricultura camponesa, entre outras, o modo de produção e vida capitalista *versus* modo de produção e vida camponesa. Quer dizer, o olhar do PCA apresenta aquela realidade como discurso único e possível, já o olhar do PQA apresenta outras facetas da realidade e não ignora a possibilidade de outros discursos e representações.

Ora, quando falamos da representação, a entendemos como simples e complexa ao mesmo tempo. A representação pode ser um espelho da realidade, do mundo material, ou mesmo, uma foto, por exemplo. Mas, observadores das artes e dos textos, desde os tempos de Aristóteles vêm analisando como as formas de representação – imagens, discurso, signos, símbolos, narrativas – são, como interpretações da realidade, longe de ser espelhos dela. Neste sentido, a representação é complexa e no mundo das relações de poder que a luta pela terra é, sua imagem criada na imprensa é filtrada por interesses poderosos. É nosso argumento de que, de modo geral, a grande imprensa vê a luta pela terra com óculos ideologicamente tendenciosos ao PCA. É fundamental sabermos que as suas representações da realidade são assim limitadas, pelo espaço que tem para essa representação, contudo, a mesma (imprensa) prefere (por princípios e seus regimentos) estabelecer-se a favor da lógica dominante. Já, quando desconstruímos a realidade exposta nas notícias, fazemos valer a perspectiva teórica da Geografia Crítica que desvenda as lacunas do território do capital e legitima o PQA.

A partir disso, vamos a duas análises realizadas no intuito de desvendar alguns aspectos da representação da grande imprensa sobre a realidade da questão agrária e os conflitos, conflitualidades e estereótipos ali embutidos.

### *Chapéus das notícias e a ideologia da grande imprensa*

Os jornais auxiliam na formação da identidade cultural e partir da realidade material da luta criam territórios imateriais, que por sua vez, influenciam na criação de outras territorialidades, além de reafirmar e legitimar o território e as relações de poder vigente no mesmo. Isso sem mencionarmos o território material dos jornais – o tamanho, enfoque, fotos, chamadas e chapéus de notícias, a evidência dada a algum personagem ou a personificação da luta em algumas pessoas – que explora os fatos reais como uma história

narrada, buscando expor seu ponto de vista singular, como algo universal. Souza (2005, p. 165) reforça essa perspectiva e coloca que “ao analisarmos o espaço e um território a partir da dimensão do discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção”. Temos a leitura geográfica do território a partir de sua produção territorial e também simbólica, que legitima as relações de poder inscritas no mesmo.

A diferença de representação é clara a partir que alguns pontos básicos: 1) sejam agentes sociais relacionados ao conflito em pauta; 2) a abordagem distinta desses agentes sociais, baseada também na sua posição em relação ao discurso dos jornais; 3) aspectos que fogem ao cotidiano das ocupações são mais representados e recebem destaque nas páginas dos jornais (CUBAS, 2009, p. 71).

A imprensa então representa no território o que entende como relações sociais e como as suas verdades, ela expõe a partir desses aspectos a sua visão da realidade, o que não faz transparecer que ela seja totalmente parcial e intencional. A luta pela terra tem na imprensa a sua representação e também a formação e legitimação de territórios.

Podemos observar que durante os 23 anos (1988-2010) de luta pela terra no Brasil, e nos vinte anos (1991-2010), no Pontal do Paranapanema, de acordo com dados do *DATALUTA Jornal*, o tratamento e a representação pela mídia em relação aos camponeses e ruralistas mudaram. A conjuntura econômica e política transformaram o enfoque da imprensa, modificaram a realidade exposta nos jornais, e também a importância que adquiriram alguns atores sociais na ótica dos jornais. Na dissertação “Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa”, a geógrafa, Sônia Souza (2005), também observou essas possibilidades de representação de acordo com o contexto político, econômico e social da época. Por outro aspecto, os jornais tentaram e tentam legitimar seu discurso pela voz de advogados, juízes, delegados, que demonstram um possível respaldo da lei, aparentemente, transmitindo para a sociedade como ele sendo algo legal.

Percebemos que a grande mídia, *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo*, não procurou representar todas as situações de um evento, mas optou por representar posições, criando territórios de disputa em meio a opinião pública. A imprensa corporativa, complementada em nossa análise pelo *Oeste Notícias* e *O Imparcial*, é uma fonte legitimadora do capital financeiro, e assim, dá apoio ideológico para legitimar o paradigma do capitalismo agrário (CUBAS, 2009 e 2012).

A representação e a cobertura, detalhada do evento, são feitas pelos jornais regionais, em razão, principalmente, da sua localização espacial em relação aos conflitos, pois o *Oeste o Imparcial* estão sediados em Presidente Prudente/SP, maior município do Pontal do Paranapanema. Sobre o *Estadão* e a *Folha* podemos colocar que a repercussão dessas ações têm larga atenção no que se referem às ocupações. Podemos verificar isso pelo número de reportagens desses eventos que se equivale entre os jornais analisados.

A mudança de tratamento é visível, numa comparação de 1990 a 2009. De 1990 a 1994, a questão agrária era abordada de maneira vaga, além das representações favoráveis as organizações patronais em detrimento dos movimentos socioterritoriais, o que muda 1995 e 1996, quando a imprensa se apropria de alguns eventos para aproximar o leitor da questão agrária. No ano de 1998, os termos questão agrária e Reforma Agrária eram usados deliberadamente nos jornais. Após 2002, o uso dessas expressões continua, mas elas já não são tão representativas nas chamadas das notícias nos jornais analisados, como observamos no Quadro 1.

<b>Quadro 1 – Mudanças Nas Representações Dos Jornais Analisados<sup>6</sup></b>		
<b>EVENTOS ANALISADOS</b>	<b>CHAPÉUS DE NOTÍCIA (SIGLAS DOS JORNAIS)</b>	<b>CITAÇÕES NOS JORNAIS (REFERÊNCIA DA CITAÇÃO)</b>
<b>1995-1996</b>	Corumbiara (todos os jornais), Chacina (todos os jornais), conspiração (FSP), Eldorado dos Carajás (todos os jornais), massacre (FSP e OESP), Reforma Agrária (ON)	“Depois do conflito que deixou 11 mortos, Faz. Santa Elina, em RO, volta a ser ocupada” (OESP, 1995), “O governo é responsável por esse massacre” (José Rainha, ON, 1996)
<b>1998</b>	Questão agrária (todos os jornais), Conflito fundiário (ON e IMP), Conflito no Pontal do Paranapanema (ON, IMP e FSP); crise no Pontal (ON); Sociedade (FSP); Campo minado (IMP)	“Grileiros e ladrões de terra” (Rainha em relação ao juiz Darci Lopes Beraldo); “Devemos sempre ficar na justiça porque ela tarda, mas chega”, (presidenta da UDR, Tânia Tenório)
<b>2002</b>	Conflito fundiário (IMP), Pontal do Paranapanema (IMP); MST (FSP); Questão agrária (FSP e OESP); Crise no Pontal (IMP); Atrás das grades (ON)	“Podem matar um, dois ou mil, mas a luta vai continuar” (Rainha); Prefeito ditador, comparado a Nero e Hitler (Rainha em relação a Agripino Lima; “impunidade ao vandalismo” (Roberto Gargione Junqueira em relação ao MST); “Bandidos, safados, que ontem estavam bebendo pinga em Pirapózinho” (Agripino Lima em relação ao MST)
<b>2008</b>	Dissidência no campo (IMP); Terra sem lei (OESP, FSP); Reforma Agrária (IMP), Questão agrária (ON, OESP e FSP); Campo minado (FSP e IMP); Carnaval Vermelho (IMP)	“Vandalismo” (Nabhan Garcia em relação as ações do MST); “ações do MST atentam contra o estado de democrático de direito” (juíza Ana Paula Comini S. Asturiano em relação ao MST); “atos ilícitos” (Nabhan Garcia em relação ao MST); “invasão, danos materiais, esbulho possessório e ameaças” (Nabhan Garcia em acusação as ações do MST); “único jeito de chamar a atenção é invadir” (Bispo José Maria Libório)

**Legenda:** OESP (*O Estado de S. Paulo*); FSP (*Folha de S. Paulo*); ON (*Oeste Notícias*); IMP (*O Imparcial*). **Org:** CUBAS, Tiago.

O Quadro 1 nos mostra sinteticamente o que aconteceu na representação dos jornais em relação aos camponeses e ruralistas numa escala regional com São Paulo e Pontal do Paranapanema, e na escala nacional, Brasil. Esse quadro é baseado no Acervo *DATALUTA Jornal* e sua metodologia<sup>8</sup>. De 1990 a 1994, como já observamos, foi o início da implantação do neoliberalismo no Brasil, e isso repercutiu de forma negativa para os movimentos socioterritoriais. A imprensa noticiava “invasões” em nível de Brasil, e em particular, no Pontal do Paranapanema, a partir de 1991, com a chegada de José Rainha Júnior.

Em 1995, com o massacre de Corumbiara (Rondônia) e 1996, com o massacre de Eldorado dos Carajás (Pará), a luta pela terra é difundida pela imprensa no território imaterial nacional. De acordo com o *DATALUTA Jornal*, onde temos em média, por ano, arquivadas mil notícias sobre todos os temas que envolvem a questão agrária e os seus desdobramentos, somente nos anos de 1995 e 1996, foram quatrocentas notícias sobre o

<sup>6</sup> Elaboração própria com base em trabalhos anteriores e no acervo *DATALUTA Jornal*.

<sup>7</sup> Chapéu da notícia é um conceito jornalístico. Ele é utilizado como uma palavra ou termo que se localiza usualmente acima do título da notícia e que sintetiza ideologicamente (fornecendo ênfase) o conteúdo da matéria jornalística.

<sup>8</sup> Manual *DATALUTA* está disponível no grupo de pesquisas NERA (FCT-UNESP), que inclui a metodologia do *DATALUTA Jornal* desde a seleção temática dos recortes de jornal até o acondicionamento do material.

tema Corumbiara e Eldorado dos Carajás. A imprensa, então, voltou o foco para essa luta, e partir desses eventos, chapéus, como “questão agrária” e “conflito fundiário” começam a aparecer, além de outros, como “chacina”, “massacre” e “Reforma Agrária”.

De 1998 a 2002, os termos “questão agrária” e “fundiário” eram comuns nos chapéus dos jornais. De 2005 a 2008, aparece o termo “terra sem lei”, desaparecendo o termo “fundiário” e a chamada “questão agrária” tem seu uso mais limitado. Em 2008, notamos a volta do termo “campo minado”, utilizado em 1998.

Sobre a chamada “terra sem lei” podemos perceber a expressão da preocupação da burguesia com a falta de governança rural e que essa ausência de governança pode acarretar descontrole do campo. O termo “questão agrária” desapareceu em 2003 e voltou somente no ano de 2008, mas se prestarmos atenção para a análise quantitativa das notícias, esse termo, que anteriormente era utilizado em quase todas as notícias relacionadas à questão agrária, de fato decresce substantivamente nos anos posteriores. Já o termo “fundiário” desaparece da representação das chamadas dos jornais, o que pode significar uma descrença ou o próprio abandono do projeto constitucional de Reforma Agrária.

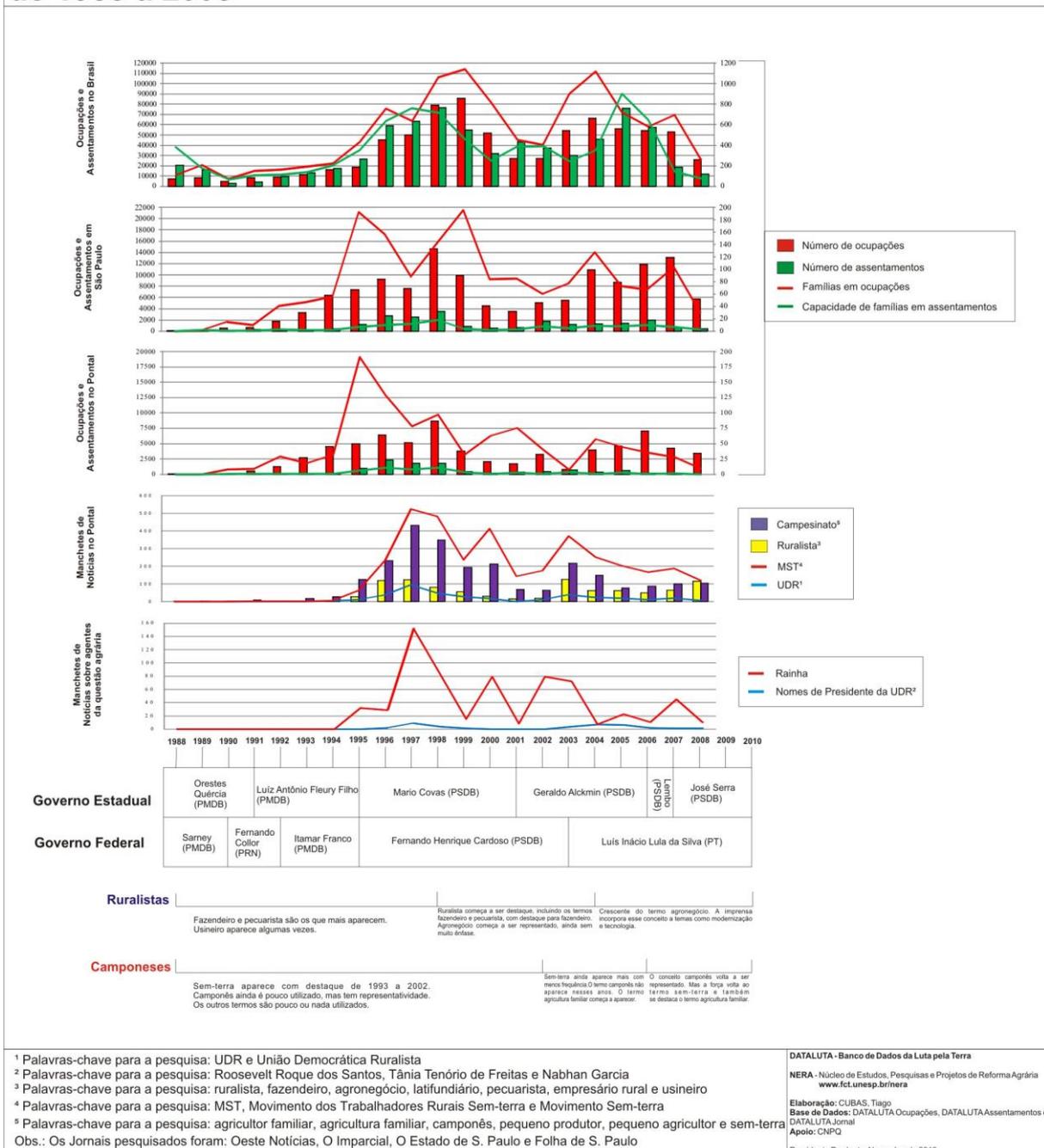
Os jornais auxiliam na formação da identidade cultural e partir da realidade material da luta criam territórios imateriais, que por sua vez, influenciam na criação de outras territorialidades, além reafirmar e legitimar o território e as relações de poder vigente no mesmo. Isso sem mencionarmos o território material dos jornais – o tamanho, enfoque, fotos, chamadas e chapéus de notícias, a evidência dada a algum personagem ou a personificação da luta em algumas pessoas – que explora os fatos reais como uma história narrada, buscando expor seu ponto de vista singular, como algo universal. Souza (2005, p. 165) reforça essa perspectiva e coloca que “ao analisarmos o espaço e um território a partir da dimensão do discurso, buscamos ampliar a compreensão de um espaço de lutas como o do Pontal do Paranapanema, tanto no seu processo de ocupação, como em seu processo de produção”. Temos a leitura geográfica do território a partir de sua produção territorial e também simbólica, que legitima as relações de poder inscritas no mesmo.

## **As imagens, as representações e os conceitos**

As imagens, as representações e os conceitos se entrelaçam histórica e geograficamente na formação das relações de poder no território e na construção da opinião pública refletida na ideologia dominante ou emancipatória. A partir, então, da teoria materialista histórico-geográfica de Harvey (2006) e observando a contribuição do geógrafo, Carlos Augusto Figueiredo Monteiro (1976 e 2002), podemos pensar uma proposta de análise conjunta entre geografia e história, atrelada ao ritmo que revelam processos e dinâmicas. Monteiro (1976 e 2002) observou a necessidade de encararmos as projeções relacionadas a qualquer tipologia de dados de uma maneira distinta, o que ele vislumbrava como distinta era a possibilidade de sobrepor dados (quantitativos) a uma análise histórica e perceber o processo e o movimento histórico do objeto a ser investigado. A qualidade da análise estaria em investigar e fazer conhecido os extremos e não (somente) as médias. De modo que os extremos refletem também a qualidade e riqueza na análise da história e da geografia, no nosso caso, das ações e conflitos que estão relacionados à questão agrária brasileira e paulista, no que tange as ocupações, assentamentos rurais e a disputa conceitual embutida nas representações jornalísticas. O Quadro Rítmico 1<sup>9</sup> vai mostrar a possibilidade de compararmos as ações que acontecem na realidade, o movimento da questão agrária e a dinâmica de representação desses territórios pela imprensa.

<sup>9</sup> Realizamos a construção desse quadro a partir dos dados do DATALUTA, INCRA e ITESP para a luta pela terra; e *Oeste Notícias*, *O Imparcial*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, para a representação da luta pela terra, de 1988 a 2008.

## Quadro Rítmico 1 - A Representação Jornalística e a Luta Pela Terra de 1988 a 2008



No que tange a uma parte da questão agrária que expressa a conflitualidade, temos a luta pela terra, as ocupações e os assentamentos, e de outro lado, a representação da imprensa, além da contribuição conceitual que temos hoje para compreendermos essa questão agrária. A imprensa passa a ser um outro elemento, que está também no interior da questão agrária, pois ela influencia a formação dos territórios e representa também a disputa territorial entre camponeses e ruralistas. Afirmamos a partir do quadro rítmico e a discussão do conteúdo dos artigos publicados sobre vários conflitos, que o maior nível de atenção dado ao campesinato, o MST, e José Rainha Jr.<sup>10</sup>, foi negativo, promovendo interpretações

<sup>10</sup> José Rainha Jr. é capixaba e liderança história na luta pela terra no Pontal do Paranapanema, desde 1991. Foi expulso entre os anos de 2004 e 2007 segundo o MST, com registro noticiado em maio de 2007. Depois disto fundou o MST da Base e continuou ativamente como liderança na luta pela terra. (CUBAS, 2012).

que apresentavam a luta pela terra como agressiva, o camponês retratado como forasteiro, contra a lei, perigoso a ordem estabelecida e os ruralistas eram vítimas e os sem-terra os assaltantes. É assim que a imprensa corporativista e atrelada ao grande capital colaborou para apoiar o paradigma do capitalismo agrário. A formação da opinião pública ajudou a diminuir a elaboração e a implantação de planos e projetos de reforma agrária.

Na análise do quadro, se olharmos de maneira segmentada os três gráficos que representam a quantificação da realidade da luta pela terra, vemos certa proporcionalidade entre a luta (as ocupações) e a reforma agrária (os assentamentos) no nível nacional. Contudo, o quadro rítmico permite uma análise comparativa. No mesmo período, a luta e os resultados na forma da implantação de assentamentos no estado de São Paulo e na região do Pontal são muito distintos em sua desigualdade. Assim, o segundo e terceiro gráficos mostram que a relação entre o estado de São Paulo e o Pontal do Paranapanema contrariam a primeira verdade que estabelecemos para ver o primeiro gráfico de maneira segmentada. As famílias em ocupações e a capacidade de famílias em assentamentos, no estado de São Paulo e no Pontal do Paranapanema, refletem o abismo de que onde há luta, não existe uma resposta adequada na concretização da reforma agrária. É pior ainda pensar que se não houvesse luta e pressão por meio das ocupações, a conquista da terra estaria ainda mais paralisada (ou o processo de reforma agrária estaria ainda mais em retrocesso).

A elevação no número das ocupações e das famílias que estão nessas ações acontece no Brasil, em São Paulo e no Pontal, após 1994 e vão sofrer um leve refluxo em 1995 e 1996. Logo depois, é quando as ocupações voltam com força até o ano de 2001. No período entre 2001 e 2003, as ocupações diminuíram como um todo, porém, as famílias em ocupações permaneceram entre 8000 e 10.000 ao ano para o estado de São Paulo. Após 2003, as ocupações voltam a crescer e, assim por diante, as famílias em ocupações. Com exceção do Pontal do Paranapanema, onde o número das famílias participando proporcionalmente diminuiu em relação ao número de ocupações. Olhando para esse ritmo, em concordância com a conquista dos assentamentos, é nítido (mesmo que sejam poucos) para o estado de São Paulo e para o Pontal, que quando o número de ocupações é alto, o número de assentamentos obtidos passa a ser maior também. A partir dessas colocações, podemos observar como é interessante saber que a repercussão da imprensa paulista, no que tange a questão agrária, está atrelada a luta pela terra no Brasil, no estado de São Paulo e no Pontal. A representação do campesinato é realmente muito maior quando pensamos nessa realidade conflituosa, e como destaque para o MST. Em segundo plano, com a notícias voltadas a parte de produção e “progresso” pela modernização estão os ruralistas e em menor foco, a UDR, que sofre grande refluxo a partir de 1997 até 2008. Outro ponto que destacamos é que quando a imprensa resolve personificar a luta pela terra, José Rainha Jr. se mostra como principal alvo, comparativamente a esse destaque estão os presidentes da UDR. O discurso de Rainha e seu comportamento mais agressivo na defesa dos interesses do campesinato foram utilizados para representar os sem-terra e a Reforma Agrária, bem como a imagem de mal-comportado e que dificilmente mereceria a simpatia e apoio do público.

O território imaterial do capital está constantemente sendo legitimado, principalmente por meio de conceitos que remetem a “progresso, modernização e tecnologia”. De 1998 a 2004, o ruralista começa a ser destaque, incluindo os termos fazendeiro e pecuarista para representar esse segmento. Inclusive, é nesse momento que o conceito agronegócio começa a aparecer nos jornais pesquisados. De 2005 até 2008, vemos uma crescente para o termo agronegócio e usualmente, esse conceito é atrelado pela imprensa aos termos “modernização” e “tecnologia”. Ainda no intuito de fragmentar e desqualificar a luta camponesa aparece o conceito de agricultor familiar, que visa substituir, como pequeno empresário rural a história de luta que tem o conceito de camponês. Qualquer conceito que vislumbre substituir camponês e não elucide a luta histórica por vida e por um modo de vida é dispensável. As linhas do Quadro Rítmico 1 nos faz observar os ritmos históricos da luta pelo território/terra e pelo território/ideia/ideologia marcada nos conflitos fundiários e nas disputas conceituais. E como a história agrária mundial nos ensina, os fluxos e refluxos são parte da construção, adaptação e (re)criação dos sujeitos sociais que visam transformação.

Por isso afirmamos que a história das lutas não acaba por um refluxo dos movimentos socioterritoriais, mas ela reflete geograficamente uma conflitualidade permanente enquanto houver modo de produção capitalista.

### Considerações finais

É inquestionável o potencial de influenciar ações e “não-ações” dos estigmas e estereótipos expostos pela imprensa na formação da opinião pública, que desse modo contribui, no seu individualismo, para a legitimação de uma determinada imagem dos movimentos socioterritoriais e dos ruralistas. O enlace, quase novelesco, adaptado na narrativa dos jornais, revela dois sujeitos, os “produtores do campo” estrelando os ruralistas e os “rebeldes do campo” estrelando os movimentos camponeses, se dispersando pelo imaginário social quase como uma doença, e patologicamente chega a cada lar brasileiro como uma epidemia. Essa dualidade é totalmente ignorada do ponto de vista estrutural da questão, então, o que de fato é a expressão profunda da luta de classes e relações de poder se vê veiculado como o conflito pontual por terras, por assistencialismo etc.

Quando selecionamos verdades segmentadas, também fraturamos a realidade. Isso é diferente do método de pesquisa que investiga a fundo um objeto específico, assim é imprescindível entender que o meio discursivo de ordem capitalista forma e legitima determinados territórios materiais e imateriais que dão origem e sustentam formas de poder cada vez mais exploratórias. A representação através da figura e da escrita cria e recria sujeitos segundo a posição de quem está por trás da construção dessa imagem. Por isso, é nossa tarefa dizer que as máscaras sociais e discursivas da imprensa escondem a disputa territorial mais evidente de modos de produção que se desenham social, econômica, política e ideologicamente e como o público encara as questões relativas ao agrário.

Desse modo, se torna necessário outras maneiras de posicionamento discursivo, como o exemplo deste artigo e de tantos outros. Ora, nosso anseio é por subsidiar outras versões às “verdades” do PCA e entender o PQA fomentado na desconstrução de discursos que suspiram e respiram dominação. Discursos esses transformados em territórios na materialidade das ações preconceituosas e exploratórias da burguesia do campo e da cidade, da imprensa, da sociedade alienada e do Estado capitalista, mas que sentem-se incomodados quando a luta pela e na terra confrontam suas “verdades incontestáveis”. O PQA é o território imaterial do camponês, mas também o território imaterial legitimado pelo e para o camponês através da ciência. O conjunto ideológico que conforma esse paradigma reflete na materialidade das ações dos movimentos socioterritoriais em defesa dos subalternos e dos territórios alternativos à lógica capitalista, a isso prestamos serviço no intuito de elucidar e contrariar estereótipos que revelam os absurdos da sociedade capitalista.

### Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

ARBEX, José. Prefácio In: ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação da grande imprensa**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

CHAYANOV, Alexander. **La Organización de la Unidad Económica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CUBAS, Tiago. **Estudo da Contribuição da Imprensa na Representação dos Camponeses e Ruralistas no Pontal do Paranapanema de 1998 a 2008**. Monografia

(Bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2009.

\_\_\_\_\_. **A disputa territorial entre camponeses e ruralistas no Pontal do Paranapanema no início de 2008.** Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos (XVI ENG). Porto Alegre: AGB, 2010.

\_\_\_\_\_. **São Paulo Agrário:** representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-Unesp. Presidente Prudente, SP, 2012.

FELICIO, Munir Jorge. **O território imaterial do campesinato.** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 18-32, fev., 2010a.

\_\_\_\_\_. **Camponeses/Agricultores Familiares: Paradigmas em questão.** Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2010b.

FERNANDES, Bernardo M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

\_\_\_\_\_. **A ocupação como forma de acesso à terra.** Artigo apresentado no XXIII Congresso Internacional de da associação de Estudos Latino Americanos. Washington-DC, de 06 a 08 de Setembro de 2001.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial.** In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. P.173-230. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sobre a tipologia de territórios.** In: SAQUET, Aurélio Marcos; SPOSITO, Eliseu Savério (org). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos, p. 197-215. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil:** paradigmas e disputa territorial. [S.l.: s.n.], 2010.

HARVEY, David. **Espaços de esperança.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Loyola, 2006.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de São Paulo.** 3ª. Edição, Revista e Ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **Teoria e Clima Urbano.** Originalmente apresentado ao concurso à Livre-Docência junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP/IG, 1976.

\_\_\_\_\_. **O mapa e a trama.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo. Contexto, 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O discurso do conflito materializado no MST: a ferida aberta na nação.** Tese (Doutorado em Linguas) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

SAMPAIO, Ana Martha. A digitalização como forma de conservação e disseminação do acervo de jornais da biblioteca Monsenhor Galvão. IN: ENCONTRO NACIONAL DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6. , 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005.

SOUZA, Sônia Maria R.. **Discursos em confronto no território da luta pela terra no/do Pontal do Paranapanema: MST e imprensa.** 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

THOMAZ JR, Antônio. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI :** (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos). São Paulo: [s.n]. 2009.

VILLAÇA, Paulo Ignacio Corrêa. **Imprensa e luta pela terra no Pontal do Paranapanema: do direito de resistência ao fato jornalístico (1995-2002).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense - RJ. Niterói, 2009.

WELCH, Clifford Andrew. **Capitão camponês: Jôfre Corrêa Neto** São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Os com-terra e sem-terra de São Paulo:** retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de & PAULILO, Maria Ignes, orgs, História social do campesinato do Brasil. Tomo: Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Edunesp, 2009b.

\_\_\_\_\_. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

Recebido para publicação em 26 de fevereiro de 2013

Devolvido para revisão em 15 de setembro de 2013

Aceito para publicação em 04 de novembro de 2013